

O 'sonho europeu' e a emigração judaica do Brasil

Luis S. Krausz

O Brasil sempre foi uma nação de imigrantes, e não de emigrantes. Em termos históricos, uma quantidade muito maior de pessoas chegou ao Brasil do que se mudou do Brasil para outros países. No século XIX e no início do XX, apenas os Estados Unidos e a Argentina receberam números maiores de imigrantes europeus do que o Brasil (Margolis 2013: 18).

Quem são os emigrantes brasileiros e por que emigram?

Depois do golpe militar de 1964, e com a repressão imposta pelo regime à liberdade de expressão e de imprensa, especialmente a partir de 1968, centenas de professores, pesquisadores universitários, músicos, artistas e políticos fugiram do país para os EUA, para a Europa e para vários países da América Latina. A estes, somaram-se militantes de movimentos de esquerda, muitos dos quais foram presos pelo regime militar e, posteriormente, trocados por diplomatas estrangeiros sequestrados no país, como o Embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, sequestrado em novembro de 1969 no Rio de Janeiro; o cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okuchi, sequestrado em São Paulo, em março de 1970; o embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig von Holleben, sequestrado em junho de 1970 no Rio de Janeiro e o cônsul suíço Giovanni Bucher, sequestrado no Rio de Janeiro também em dezembro de 1970.

Esta emigração política, embora significativa do ponto de vista da cultura e sintomática de um regime autoritário que perseguiu, torturou e matou seus opositores, foi numericamente reduzida. De um modo geral, e apesar da campanha levada a cabo pelo regime militar, cujo lema era “Brasil: ame-o ou deixe-o”, não houve um movimento emigratório significativo a partir do Brasil antes do final dos anos 1980.

A partir deste momento, porém, um número crescente de brasileiros passou a deixar o país, em um movimento que continua crescendo

constantemente até os dias de hoje. Ainda que o fenômeno da emigração brasileira nas últimas três décadas seja, como tudo o que diz respeito a um país tão grande e tão diverso como o Brasil, um fenômeno complexo, é um consenso entre os estudiosos do assunto que as dificuldades econômicas, a precariedade da infraestrutura do país, que não oferece a seus cidadãos serviços públicos de qualidade, como assistência à saúde e educação, e a falta de segurança sejam as causas principais da opção por emigrar.

Gostaria, primeiramente, de tentar estabelecer algumas categorias dentro deste fenômeno amplo da emigração brasileira para que se possa saber um pouco melhor de quem se está falando quando se fala de emigrantes judeus —ou de potenciais emigrantes judeus— e do papel que o 'sonho europeu' passou a exercer sobre estes emigrantes, especialmente a partir do ano de 2001.

A sociedade brasileira é, notadamente, uma das mais desiguais do mundo. Os extremos de pobreza e de riqueza presentes no Brasil não encontram par na Europa e, segundo a ONU, a desigualdade brasileira é superada, no mundo, apenas pela norte-americana, pela sul-africana, pela argentina e pela colombiana.

Em sua tese de doutorado de 2016, defendida na Universidade de Brasília e premiada pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ministério da Educação (CAPES), o pesquisador Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Sousa constata que o 1% mais rico do Brasil concentra entre 22% e 23% do total da renda do país, enquanto os 10% mais ricos têm em suas mãos cerca de 55% da renda (Sousa 2016: 229).

José Murilo de Carvalho afirma, em seu livro sobre a história da cidadania no Brasil, que “a desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a construção de uma sociedade democrática no Brasil” (2014: 229).

Diante deste panorama de desigualdade, a emigração brasileira é também, como não poderia deixar de ser, um fenômeno desigual, do qual participam representantes de diferentes estratos sociais. De um lado, durante o ano de 2017, o Brasil foi o país de onde mais emigraram milionários em todo o mundo; de outro lado, desde a grande crise de 2008, jovens das camadas sociais média e média baixa têm emigrado, em grande parte, para países europeus e para a América do Norte, a fim de trabalharem como mão de obra pouco qualificada.

Países como os Estados Unidos, o Canadá, a Irlanda, a Alemanha, Portugal, Espanha, França e Itália têm recebido trabalhadores brasileiros,

muitas vezes em situação ilegal, que ali exercem trabalhos que jamais aceitariam no Brasil, mas que, nestes lugares, são mais bem remunerados do que o seriam em muitos empregos supostamente mais prestigiosos em seu país de origem.

Estes, porém, não são os membros da classe mais pobre do Brasil. São egressos da assim chamada classe média baixa, que têm um certo nível de educação, que muitas vezes conhecem uma língua estrangeira, e que veem na emigração, não uma chance de sobreviver —como acontece, por exemplo, com os emigrantes e refugiados africanos e sírios que chegam à Europa— e, sim, uma chance de prosperar mais facilmente e mais depressa do que no Brasil.

Os emigrantes que, a partir do fim do século XIX, deixavam a Alemanha, a Itália, o Japão e a Espanha para vir buscar nova sorte no Brasil eram, com raras exceções, pessoas pobres, cuja sobrevivência estava ameaçada em suas terras de origem. Eram pessoas que vinham para o Novo Mundo em busca de terra e de trabalho para sobreviver. E os refugiados do nazi-fascismo, que aportaram no Brasil na década de 1930, fugiam de um regime que os excluía, sistematicamente, das sociedades em meio às quais tinham nascido, e que ameaçava suas vidas.

Mas a emigração brasileira, que vem se acirrando cada vez mais ao longo dos últimos 20 anos, não é, bem ao contrário do que foi a emigração da Europa para o Brasil, uma emigração de destituídos, de desesperados ou de famintos, que partem para um outro país em busca de sobrevivência. É, antes, uma emigração de oportunidade, levada a cabo por pessoas que acreditam encontrar, em seus países de destino, vantagens em relação ao que está ao seu alcance no Brasil.

Uma tabela publicada no livro de *Goodbye Brazil, imigrantes brasileiros no mundo*, de Maxine Margolis, ilustra bem este fenômeno (cf. Margolis 2013: 64). Dentre os emigrantes brasileiros residentes no Canadá, por exemplo, 70% concluíram o ensino médio. Dentre os residentes nos EUA, esta cifra atinge os 85%, na Espanha, 75%, na Itália, 80%, no Japão, 70%, enquanto, na Inglaterra, 75% dos brasileiros residentes têm ensino superior incompleto. Compare-se a isto o fato de que, segundo dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2017, apenas 51% da população brasileira com mais de 25 anos de idade chegara a concluir o ensino fundamental, enquanto o percentual dos que concluíram o ensino médio chegava a apenas 26,3% (cf. Agência IBGE 2017: s.p.).

Imediatamente torna-se claro que os emigrantes brasileiros provêm de uma camada privilegiada ou relativamente privilegiada da população, em um país em que o status social está diretamente ligado à escolarização.

O Brasil é, hoje, de fato, uma nação exportadora de pessoas. O movimento emigratório se dá em direção às nações mais ricas: EUA, países da Europa ocidental, Japão, Austrália. Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, o número de brasileiros vivendo no Exterior hoje supera os 3 milhões, ou seja, cerca de 1,5% da população do país (cf. Margolis 2018: s.p.).

Porém, esses emigrantes estão, justamente, entre aqueles que teriam boas chances de prosperar no Brasil, ou entre aqueles que já prosperaram e desejam alcançar maiores garantias e mais estabilidade, metas que acreditam poder realizar melhor em outro lugar.

Assim, ainda segundo Maxine Margolis, “o Brasil está desperdiçando suas mentes mais brilhantes” (2013: 24). Segundo o professor de literatura H. S., emigrante polonês que deixou seu país ainda sob o comunismo para estudar na Europa e, em seguida, estabeleceu-se no Brasil, onde conseguiu um posto em uma universidade pública, “no Brasil, os que mais reclamam são os que menos têm motivos para reclamar”.

Não é entre os desesperados e nem entre os famintos que se encontram, hoje, os candidatos à emigração e, sim, entre os membros da classe média baixa, da classe média ou das classes altas.

A única exceção a esta regra refere-se à emigração brasileira para o Paraguai, país fronteiriço que, nas últimas décadas, atraiu um número significativo de trabalhadores agrícolas desqualificados e destituídos, os chamados bóias-frias, que vivem à beira da indigência. Dados de 2011 mostram que, naquele ano, viviam no Paraguai nada menos do que 200.000 brasileiros, aos quais se somam 50.000 camponeses brasileiros na Bolívia e 37.000 na Argentina (cf. Margolis 2013: 170).

A ida de brasileiros para esses países vizinhos foi impulsionada desde meados dos anos 1980 pela redução na oferta de trabalho agrícola desqualificado no Brasil, em decorrência da mecanização da agricultura. Assim, segundo Margolis, “as motivações de saída para o Paraguai e outros países limítrofes foram muito diferentes daquelas da migração brasileira para países distantes e desenvolvidos” (Margolis 2013: 22).

Seja como for, o agravamento da crise econômica brasileira nos últimos anos tirou de milhares de brasileiros a esperança de que o país encontraria um caminho de desenvolvimento, que o levasse ao mesmo patamar de

grandes potências mundiais em termos de qualidade de vida e desenvolvimento social, feito alcançado, nas últimas duas décadas, por nações como Coreia do Sul, Finlândia e Singapura, entre outras.

A deterioração moral e política também tem forte impacto na decisão de partir. Ao longo dos últimos sete anos, o número de pessoas que deixam o país anualmente vem crescendo em ritmo constante: de pouco mais de 8.000 em 2011, passamos para mais de 20.000 em 2017 (cf. Guilherme Gerbelli 2019: s.p.). Os EUA abrigam cerca de 22% dos emigrantes brasileiros, Itália, Portugal e Espanha abrigam, somados, 21,1%. Segue-se o Japão, com 12,8% (cf. Margolis 2018: s.p.). Segundo pesquisa da Datafolha, publicada em junho de 2018, 62% dos brasileiros atualmente entre 16 e 24 anos gostariam de sair do país (cf. De Sousa Pinto 2018: s.p.).

Na Europa, vivem hoje cerca de 750.000 brasileiros, segundo estimativas do Ministério das Relações Exteriores (cf. Margolis 2018: s.p.). Uma mudança no padrão dos emigrantes brasileiros foi observada nos últimos anos. “Enquanto no passado a maioria emigrava por fatores econômicos, hoje se pode perceber um maior número de pessoas que saem do país por questões de segurança” (Margolis 2018: s.p.), diz em entrevista à *Deutsche Welle Brasil* Maxine Margolis, que tem acompanhado o tema da emigração brasileira há mais de 20 anos. “Em geral, os brasileiros diziam que podiam ganhar em uma semana [no exterior] o que eles ganhariam em quatro semanas no Brasil. Só que isso mudou. Nos últimos seis anos, o que se fala muito é que eles saem do Brasil por causa da falta de segurança, dos crimes, dos roubos”, afirmou a pesquisadora nessa mesma entrevista (Margolis 2018: s.p.). Até o ano 2000, os Estados Unidos eram o destino preferencial de emigração para os brasileiros. São conhecidas as comunidades brasileiras que se formaram em cidades norte-americanas como Boston, por exemplo, onde os brasileiros se tornaram mais um dos grupos de estrangeiros presentes na região, criando bairros inteiros que têm características dos enclaves latinos nos EUA: uma população que vive de trabalhos pouco qualificados, e que se mantém coesa, como um grupo minoritário dentro da sociedade norte-americana, e vinculada à sua origem nacional.

“Nos EUA, a grande maioria dos trabalhadores imigrantes faz trabalhos de menor qualificação, trabalha em restaurantes, lavando pratos, são trabalhadores braçais. Há também um grande número de mulheres brasileiras que trabalham como faxineiras em residências particulares”, afirma Margolis, na mesma entrevista (Margolis 2018: s.p.). Mas os EUA, e especialmente a Flórida, são também destino de emigração de famílias das classes

mais altas, que obtêm vistos com maior facilidade, por serem donas de patrimônios consideráveis. Ali se estabelecem comerciantes, investidores, e também profissionais qualificados, que desenvolvem suas carreiras em grandes empresas. Entre os anos de 2011 e 2017, brasileiros investiram em imóveis nos EUA quase 2,1 bilhões de dólares (cf. Ayer 2018: s.p.).

Desenham-se, assim, dois perfis muito distintos entre os emigrantes, que se relacionam à classe social à qual pertencem. De um lado, entre os emigrantes das classes mais baixas, o projeto de emigração está associado à ideia de poupar e acumular dinheiro, criar um patrimônio e, eventualmente, investi-lo no Brasil em algum momento futuro. De outro lado, entre os emigrantes das classes mais altas, o que se observa é o contrário: o exterior é visto como um lugar mais seguro, onde se pode investir e preservar o patrimônio que já foi criado e pode ser levado do Brasil.

O antropólogo Roberto da Matta destaca que “o Brasil é uma sociedade com ‘uma enorme preocupação com a posição social e uma tremenda consciência de todas as regras e recursos relativos à manutenção, perda ou ameaça desta posição’” (Da Matta 1997: 65). Estas preocupações são, de fato, transferidas para o exterior, onde, entre os emigrantes, as diferenças de classe invariavelmente prevalecem sobre os laços de solidariedade ligados à origem nacional. Assim, as comunidades de emigrantes pobres e as comunidades de emigrantes ricos se mantêm tão afastadas uma da outra no exterior quanto eram no Brasil.

Ao mesmo tempo, em seus novos lugares de residência, os emigrantes brasileiros, seja de que classe forem, tentam diferenciar-se, em termos linguísticos e culturais, de outros latino-americanos. Segundo Maxine Margolis, isto resulta de atitudes trazidas do próprio Brasil, onde são nítidos os sentimentos de orgulho cultural e de distinção (cf. Margolis 1994: 289-290).

O antropólogo Darcy Ribeiro afirma: “Os brasileiros se veem como um povo único, singular. Nosso país tem tanta singularidade que fica extremamente difícil aceitar e gozar a vida no meio de outros povos. Basta ver uma reunião de brasileiros, dentre os milhões que estamos exportando como trabalhadores, para sentir o fanatismo com que se apegam à identidade de brasileiro” (Ribeiro 1995: 212).

É paradoxal esta insistência sobre a identidade brasileira no exterior, diante do fato de que, no Brasil, as tendências nacionalistas nunca foram fortes. O Brasil é e sempre foi um país que olhou para a Europa e para os EUA como modelos. Esta ênfase sobre a brasilidade parece surgir só no

estrangeiro, enquanto o culto às coisas da terra que foi deixada para trás, e a saudade do Brasil, tornam-se elementos constitutivos das identidades que se constroem no estrangeiro. Por trás da emigração parece haver, frequentemente, a dor da saudade, um desejo recalcado pela volta ou, ao menos, uma esperança pela volta, assim que as circunstâncias o permitirem.

De fato, como cita Maxine Margolis, “é raro os brasileiros conversarem sobre emigração” (Margolis 2013: 31). Mais comum é as pessoas dizerem que estão “morando em outro país”. A maioria dos brasileiros residentes no exterior, tanto os mais pobres quanto os mais ricos, não se considera emigrante. De início, pelo menos, a grande parte vê a estada fora do Brasil como algo temporário. Para alguns, a emigração funciona como uma válvula de escape para o desemprego e o subemprego; para outros, ela é causada pela atração irresistível de salários mais altos, que permitirão constituir um patrimônio, a ser futuramente trazido de volta ao Brasil. Para os mais ricos, ela é uma maneira de assegurar suas riquezas acumuladas sem que isto signifique, no entanto, uma ruptura dos laços com o Brasil. As dificuldades e os sofrimentos inerentes à mudança de país, deixando familiares e o lugar de origem, são frequentemente reduzidas pelo discurso dos próprios emigrantes, que percebem a emigração como um tipo de investimento pessoal, como uma maneira de melhorar de vida.

Como emigram os brasileiros?

A maneira pela qual os imigrantes brasileiros entram na Europa ou nos Estados Unidos está diretamente relacionada à classe social a que pertencem, aos recursos financeiros de que dispõem, ao seu nível de escolaridade e ao seu local de residência no Brasil. Em alguns casos, depende também da sua ascendência.

Normalmente, os brasileiros mais pobres e com menos escolaridade têm muita dificuldade em obter vistos de permanência e residem nos EUA ou em países europeus como clandestinos, trabalhando ilegalmente. É sabido que os consulados norte-americanos no Brasil só concedem vistos, ainda que só de turismo, a indivíduos que não são considerados “de risco”, isto é, que não apresentam alta probabilidade de pretenderem permanecer ilegalmente no país, trabalhando clandestinamente.

Segundo um ex-funcionário do Departamento de Estado dos EUA, funcionário de carreira que servia no Consulado Americano em São Paulo,

os funcionários usam determinados códigos nos dossiês dos candidatos a visto de turista, que dizem respeito às suas origens sociais e étnicas. Via de regra, só aqueles que são capazes de provar que possuem renda e bens substanciais recebem tais vistos. Não-brancos, descendentes de coreanos ou de palestinos e pessoas na faixa etária dos 18 aos 35 anos que não parecem vir de famílias ricas têm seus vistos sistematicamente denegados.

Isto faz com que muitos candidatos à emigração optem por vias ilegais, usando, por exemplo, os serviços dos chamados 'coiotes', que levam pessoas através da fronteira com o México. Por outro lado, todos aqueles capazes de provar às autoridades que dispõem de USD 500 mil ou mais para investir no país recebem, com bastante facilidade, vistos de turista, e mesmo de residentes permanentes.

A União Europeia não exige vistos de turista de cidadãos brasileiros, porém, há mais de dez anos, os países membros da EU põem em prática uma ação que restringe a entrada de brasileiros, negando sua entrada nos aeroportos e despachando-os de volta ao seu país de origem. Brasileiros que chegam aos guichês de imigração em aeroportos europeus são sumariamente triados pelos funcionários em função de suas aparências, de sua capacidade de provar que possuem dinheiro suficiente e passagem de volta para o Brasil e, em caso de dúvida, têm sua entrada na Europa impedida, sendo sumariamente enviados de volta ao Brasil.

De 2017 a 2018, o número de brasileiros barrados em fronteiras de países da União Europeia aumentou 42% (de 4.680, em 2017, a 6.615, em 2018), segundo a Eurostat, que produz estatísticas para o bloco de países. A cifra, que considera fronteiras aéreas, terrestres e marítimas, vem aumentando desde 2014, quando 2.500 brasileiros foram barrados (cf. Gragnani 2019: s.p.). Ainda assim, estima-se que vivem na Espanha perto de 50.000 brasileiros, dos quais 64% são mulheres, grande parte dos quais vivem no país em situação irregular (cf. Ripoli 2008: 157). Já o número de brasileiros hoje vivendo em Portugal supera a cifra dos 100.000 (cf. Público 2019: s.p.).

Assim como acontece nos EUA, brasileiros com certo grau de instrução que vivem na Europa fazem trabalhos que jamais fariam no Brasil: são garçons, são motoristas, trabalham com limpeza de hotéis, escritórios e residências, enfim, realizam trabalhos que seriam inconcebíveis mesmo para pessoas de classe média baixa no Brasil.

Sua proletarianização, do ponto de vista do status social, é recompensada, aos seus olhos, por salários que superam em muito os recebidos por

profissionais que, no Brasil, trabalhariam como auxiliares de escritório, funcionários de loja ou mesmo como operários qualificados.

Há também o bem conhecido fenômeno da prostituição brasileira na Europa, assim como o de mulheres que, tendo conhecido visitantes europeus no Brasil, frequentemente em viagens de turismo sexual, casam-se com eles e emigram. Encontram-se na Internet numerosos sites alemães que propõem encontros de todos os tipos —desde matrimoniais até casuais— entre mulheres brasileiras e homens alemães. Como exemplo, cito uma estatística que chama a atenção: há quatro vezes mais mulheres brasileiras vivendo na Alemanha do que homens brasileiros (cf. Beckenbusch 2012: 115). A grande maioria delas casou-se com alemães. Não se pretende sugerir, aqui, que a prostituição seja a única modalidade de encontros entre homens alemães e mulheres brasileiras, nem mesmo que seja a modalidade predominante, e sim chamar atenção para o fato de que há uma evidente desproporção entre o número de imigrantes brasileiras do sexo feminino na Alemanha e o número de imigrantes brasileiros do sexo masculino. A comunidade brasileira na Alemanha, que começou a surgir depois de 1990, é uma das que mais cresce no país.

Paralelamente a isto, estimativas da Organização Internacional de Migrações apontam para a cifra de 75.000 prostitutas brasileiras vivendo na Europa (cf. Chade 2008: s.p.). Em Genebra, o português é língua corrente nas ruas de prostituição. Na Itália, na Espanha e na França, há sabidamente milhares de prostitutas brasileiras.

O que é a Europa aos olhos dos brasileiros?

As classes mais tradicionais, no Brasil, sempre tiveram seus olhos voltados para a Europa. A influência francesa sobre o Brasil da primeira metade do século XX era de enorme importância, fazendo-se visível em todos os aspectos da cultura —desde a arquitetura e o urbanismo até o sistema universitário, implantado no país por intelectuais franceses, para não falar da primeira universidade pública do Brasil, a Universidade de São Paulo, instituída por professores franceses na década de 1930. Esta situação sofreu uma transformação radical apenas depois da 2ª. Guerra Mundial. A partir dos anos 1940, os Estados Unidos efetivamente tomaram conta do ‘imaginário geográfico’ dos brasileiros. Por meio dos filmes, da música e dos bens de consumo norte-americanos, que se tornaram admirados no Brasil, o modo

de vida da sociedade norte-americana passou a ser visto de maneira mais favorável.

O vertiginoso crescimento de uma cidade como São Paulo, a partir do fim da década de 1940, deu-se não mais conforme os padrões franceses, que governavam o tipo de ocupação urbana até então, mas conforme os padrões norte-americanos, com o surgimento da febre dos arranha-céus e do crescimento desenfreado. A mídia brasileira também exerceu uma contribuição significativa neste sentido, na medida em que divulgou, maciçamente, o modo de vida americano como ideal, assim estimulando o desejo de emigração em direção aos Estados Unidos.

Por muito tempo, a Europa, dividida em blocos antagônicos e ameaçada pela Guerra Fria, foi vista pelos brasileiros como um território estreito, ameaçador e mesmo sufocante. Isto é especialmente verdade quando se pensa em brasileiros judeus, cujos antepassados tiveram que deixar seus países de origem, na Europa Central e na Europa do Leste, para salvarem as próprias peles, antes da guerra, ou que chegaram ao Brasil arruinados, como sobreviventes do genocídio, em busca de uma nova vida, num novo continente.

Durante a década de 1930 chegaram ao Brasil cerca de 30.000 judeus, provenientes de países como a Polônia, a Romênia, a Hungria, a Lituânia, a Alemanha, a Áustria e a Itália. Eram fugitivos do nazi-fascismo, que deixavam seus países sem nenhuma intenção de retornar para lá, e que encontraram, no Brasil, a possibilidade de um novo começo.

Com o passar das décadas, a comunidade judaica brasileira prosperou e ascendeu aos estratos médio e alto da sociedade. Apenas uma pequena minoria dos judeus brasileiros hoje se constitui de pessoas destituídas — e mesmo essas são, em sua maior parte, amparadas por instituições de benevolência da própria comunidade judaica.

Para judeus que, a partir dos anos 1980, passaram a cogitar a emigração, a Europa dificilmente era levada em consideração. A relativa proximidade do genocídio, por um lado, fazia de um país como a Alemanha uma espécie de tabu, de terra proibida, na qual muitos judeus ainda se recusavam a pisar nos anos 1990 ou, se o fizessem, faziam-no apenas à custa de um grande mal-estar. E o desconhecimento dos idiomas europeus, já que, desde os anos 1950, o inglês rapidamente desbancou o francês como a segunda língua ensinada nas escolas, também tornava a Europa Continental um destino visto como pouco atraente.

Quem emigrava por razões econômicas buscava, preferencialmente, os Estados Unidos. A Europa passou a surgir como alternativa aos EUA para aqueles desejosos de conseguir melhores condições de vida no Exterior somente a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, quando os Estados Unidos, que até então tinham a preferência dos brasileiros, começaram a dificultar ainda mais a entrada de estrangeiros no país. Isto vale, sobretudo, para os emigrantes pertencentes aos estratos mais baixos da sociedade brasileira, pois, para quem tem um patrimônio sólido, as portas dos Estados Unidos permanecem abertas à imigração.

Quanto aos potenciais emigrantes judeus, o fim da Guerra Fria, a dissolução da União Soviética e de seus satélites e, sobretudo, as facilidades de que os descendentes de imigrantes da Europa Central e do Leste passaram a desfrutar, a partir do estabelecimento e da expansão da União Europeia, com a possibilidade de obterem passaportes dos países de origem de seus antepassados, que agora lhes permitiam residir e trabalhar em qualquer país europeu, transformaram, de maneira radical, a imagem da Europa entre os judeus brasileiros.

É claro que a passagem do tempo e o desaparecimento da geração dos perpetradores do genocídio também desempenharam um papel importante nesta transformação. A Europa deixou de ser o inferno da perseguição e o continente ameaçado a Leste e a Oeste por uma grande guerra nuclear para se tornar, aos olhos dos judeus brasileiros, um lugar de prosperidade e de segurança, que se tornava ainda mais atraente em função da possibilidade de adquirir direitos de cidadania, com tudo o que isto implica.

Outro fator importante na transformação da imagem da Europa entre os judeus brasileiros é o próprio declínio do sionismo socialista que, até os anos 1980, era a ideologia hegemônica do Estado de Israel, onde se propunha a criação de uma alternativa ao capitalismo ocidental e a criação de uma sociedade modelar, baseada no *Kibutz* e na divisão justa e equânime das riquezas —um projeto que, durante os anos de 1960 e 1970, seduziu uma parcela significativa da população judaica brasileira, levando, inclusive, à criação de um *Kibutz* brasileiro em Israel.

A inserção de Israel no capitalismo global, e as radicais transformações pelas quais passou a sociedade israelense, sob influência do neo-liberalismo e dos governos de direita, significou uma desilusão para todos aqueles que emigravam por questões ideológicas, por estarem insatisfeitos com as injustiças endêmicas da sociedade brasileira.

Assim, ao cabo de poucos anos, a Europa se transformaria de tabu, de território do genocídio e da ameaça, em uma espécie de possível nova terra prometida. E o inimaginável aconteceu: a partir do fim dos anos 80, quando começou a onda de emigração do Brasil, cada vez mais judeus começaram a procurar os consulados de países como a Hungria, a Polônia, a Alemanha, a Áustria e a Romênia, de onde seus pais e avós haviam fugido e com os quais, em muitos casos, haviam rompido definitivamente todos os laços, para requerer a cidadania destes países, o que lhes possibilitaria, ao menos teoricamente, um retorno à Europa.

Este retorno à Europa, que era considerado inconcebível e moralmente inaceitável por aqueles que deixaram a Europa para salvar suas vidas e que perderam, na Europa, suas famílias, suas profissões e seus bens, era, porém, para a nova geração, algo mais hipotético do que real. Com a instabilidade econômica e social no Brasil, o passaporte europeu passou a funcionar, sobretudo, como uma salvaguarda, uma reserva, um recurso a mais que poderia vir a ser utilizado em caso de necessidade. Não há dados específicos a respeito da presença de judeus brasileiros, seja na Europa, seja nos EUA, nem sobre a porcentagem, dentre estes judeus, de portadores de passaportes europeus. Assim, é difícil fazer qualquer afirmativa que vá além dos limites do círculo de familiares, amigos e conhecidos. Seja como for, uma grande parcela dos judeus que tem o direito a cidadanias europeias tem feito uso deste direito desde meados dos anos 1980.

Não obstante, o fantasma do antissemitismo continua a pairar sobre eventuais projetos de emigração para a Europa. Da França, que é o país europeu mais cobiçado pelos brasileiros das classes sociais mais elevadas, chegam sempre mais notícias preocupantes a respeito do crescimento do antissemitismo, sobretudo aquele que degenera em violência. Por outro lado, a Alemanha, que até os anos 1990 era frequentemente vista pela comunidade judaica brasileira como uma espécie de terra interdita, mas onde uma política consistente e firme de combate ao antissemitismo vem sendo levada a cabo há décadas, é hoje entendida como um lugar seguro para os judeus. Ainda assim, pensa-se na Alemanha como um lugar possível para as futuras gerações, e não como um lugar onde efetivamente as pessoas que hoje estão na casa dos 40 ou 50 anos gostariam de viver.

A comunidade judaica brasileira é constituída, em sua maior parte, por pessoas com alto nível de escolaridade, formação superior, e bom poder aquisitivo, o que a coloca entre os membros da classe média, média alta e alta. Os judeus brasileiros não são candidatos à emigração clandestina, mas

são, em muitos casos, candidatos à emigração oficial, tanto por causa de seus passaportes europeus como por causa do fato de que uma significativa porcentagem dentre eles é possuidora de patrimônios relevantes, o que os coloca em situação favorável diante dos órgãos de imigração dos Estados Unidos tanto quanto dos países europeus. Enquanto a Europa Oriental está totalmente excluída das cogitações de judeus que consideram a possibilidade de emigrar, países como a Alemanha, a Espanha e a França têm exercido um poder de atração relevante entre jovens judeus.

A catastrófica situação política no Brasil de hoje, governado por um homem que manifesta abertamente sua hostilidade às minorias, sua aprovação da tortura e da violência e que defende a ditadura militar que assombrou o Brasil por mais de duas décadas, é uma ameaça seríssima à ainda frágil democracia brasileira. Histórias de candidatos que se elegeram pela via democrática para, em seguida, porem fim à democracia infelizmente são bem conhecidas de todos nós.

Ainda é cedo para dizer se nos encontramos na iminência de um êxodo judaico do Brasil desencadeado por questões políticas. Até aqui, Jair Bolsonaro tem sido hostil a negros, indígenas e o que ele e seus asseclas chamam de ‘vermelhos’, mas tem poupado os judeus. É profundamente vergonhoso ter que dizer isto, mas há, inclusive, uma parcela da comunidade judaica brasileira que o tem apoiado.

No Brasil, tradicionalmente, os judeus são considerados ‘brancos’ e, como tais, muito menos sujeitos à perseguição racista do que os negros, indígenas e mestiços. Já se sabe, porém, que os regimes fascistas escolhem suas vítimas de acordo com as conveniências da hora. Seja como for, a Europa definitivamente entrou no horizonte de possíveis destinos de emigração para um grupo que, para o bem e para o mal, está sempre preocupado em deixar aberta uma possível via de escape.

O fenômeno da emigração Judaica do Brasil para a Europa é ainda recente e incipiente e não se encontram, a este respeito, pesquisas acadêmicas abrangentes, e nem mesmo notícias consistentes na mídia. De um modo geral, no entanto, creio que a emigração judaica do Brasil para a Europa deve ser compreendida mais no contexto das classes sociais às quais pertencem os potenciais candidatos à emigração do que atribuída a algum fator social ou cultural especificamente judaico.

Ainda assim, há algumas especificidades que regem este fenômeno e essas estão ligadas, por um lado, ao fato já citado de que uma parcela importante dos descendentes de judeus emigrados da Europa para o Brasil

durante a década de 1930 hoje tem acesso à cidadania europeia em função de suas origens familiares, e, por outro, também, à política dos governos da Espanha e de Portugal, que, desde 1 de outubro de 2015, concedem aos judeus sefarditas, descendentes daqueles que foram expulsos da Península Ibérica no fim do século xv, direito à cidadania desses países (cf. Filho 2015: s.p.; González 2016: s.p.).

Ainda é cedo para avaliar em que medida estas disposições legais se traduzem ou se traduzirão em emigração de fato, porém, cresce o número de famílias que, por questões de segurança, se empenham em adquirir o estatuto de cidadãos europeus, que pode vir a lhes ser útil em algum momento.

Seja como for, a imagem da Europa na paisagem midiática brasileira, e mais especificamente na paisagem midiática judaico-brasileira, passou por uma transformação profunda e evidente ao longo das últimas décadas. De uma região do passado, marcada pela memória da 2ª. Guerra Mundial, do genocídio e da Guerra Fria, a Europa cada vez mais se afigura como o lugar da civilização e da justiça, do respeito aos direitos humanos e do equilíbrio entre as classes sociais. E também como um lugar que oferece excelentes oportunidades de trabalho e de estudos, em todas as áreas. Em outras palavras, a imagem do Velho Continente renovou-se, transformou-se e tornou-se menos ameaçadora, mais humana e mais atraente.

A origem de tal transformação está associada à derrocada da antiga União Soviética e à queda do Muro de Berlim, com a conseqüente ampliação das fronteiras da União Europeia e o estabelecimento de regimes democráticos em todo o continente, assim como ao desaparecimento da geração que esteve diretamente envolvida na 2ª. Guerra Mundial e no genocídio.

As novas oportunidades comerciais e de emprego, decorrentes da liberalização do trânsito de pessoas e coisas, evidentemente exerceram, também, uma contribuição positiva no sentido de tornar a Europa um destino interessante aos olhos de possíveis candidatos à emigração brasileiros, sejam eles judeus ou não. Embora, como já foi dito, não haja dados estatísticos disponíveis para avaliar de maneira objetiva o ainda relativamente recente fenômeno da emigração judaica do Brasil para a Europa, a atração que o continente exerce, sobretudo sobre aqueles que têm direito às cidadanias europeias, cresce na medida em que as perspectivas de futuro, no Brasil, se tornam menos otimistas, sobretudo em decorrência da situação política e econômica do país.

Bibliografia

- AGÊNCIA IBGE (2017): “PNAD Contínua 2016. 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam no máximo o ensino fundamental completo”, <<https://agencia-denoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-no-maximo-o-ensino-fundamental-completo>>. (24-01-2020).
- AYER, Flávia (2018): “Brasileiros lucram com imóveis no exterior”, em *Estado de Minas*, <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/08/13/internas_economia,979777/brasileiros-lucram-com-imoveis-no-exterior.shtml>. (24-01-2020).
- BECKENBUSCH, Gabriele; HELMOLT, Katharina von; SILVA, Vasco da (2012): *Migration und Mobilität aus der Perspektive von Frauen*. Stuttgart: Ibidem Verlag.
- CARVALHO, José Murilo de (2014): *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CHADE, Jamil (2008): “Europa tem 75 mil prostitutas do Brasil”, em *Estadão*, <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,europa-tem-75-mil-prostitutas-do-brasil,174526>>. (24-01-2020).
- DA MATTA, Roberto (1997): *Carnavais, malandros, heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco.
- FILHO, Mamede (2015): “Saiba como lei portuguesa pode dar cidadania a brasileiros descendentes de judeus”, em *BBC*, <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151103_sefarditas_cidadania_lei_mf>. (24-01-2020).
- GONZÁLEZ, Miguel (2016): “Apenas 2.424 sefarditas solicitaram a nacionalidade espanhola”, em *El País*, <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/27/internacional/1472323420_545660.html>. (24-01-2020).
- GRAGNANI, Juliana (2019): “Cresce total de brasileiros barrados em fronteiras da União Europeia”, em *BBC*, <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48828290>>. (24-01-2020).
- GUILHERME GEBELLI, Luiz (2019): “Cresce numero de brasileiros que decidem viver no exterior países oferecem oportunidades de emprego”, em *G1*, <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/04/03/cresce-numero-de-brasileiros-que-decidem-viver-no-exterior-paises-oferecem-oportunidades-de-emprego.ghtml>>. (24-01-2020).
- MARGOLIS, Maxine (1994): *Little Brazil. Imigrantes brasileiros em Nova York*. Tradução Luzia A. de Araújo e Talia Bugel. Campinas: Papirus.
- (2013): *Goodbye, Brazil — Emigrantes brasileiros no mundo*. São Paulo: Contexto.
- (2018): “Quantos brasileiros vivem fora do país?”, em *DW Brasil*, <<https://www.dw.com/pt-br/quantos-brasileiros-vivem-fora-do-pa%C3%ADs/a-44338466>>. (20-10-2019).
- PINTO, Ana Estela de Sousa (2018): “Se pudessem, 62% dos jovens brasileiros iriam embora do país”, em *Folha de S. Paulo*, <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/se-pudessem-62-dos-jovens-brasileiros-iriam-embora-do-pais.shtml>>. (24-01-2020).
- PÚBLICO (2019): “Nunca houve tantos estrangeiros a viver em Portugal. São mais de 480 mil”, <<https://www.publico.pt/2019/06/28/sociedade/noticia/ha-480-mil-imigrantes-viver-portugal-maior-numero-ha-registo-1878007>>. (24-01-2020).
- RIBEIRO, Darcy (1995): *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

- RIPOLI, Erika Masanet (2008): "O Brasil e a Espanha na dinâmica das migrações internacionais: um breve panorama da situação dos emigrantes brasileiros na Espanha", em *Revista Brasileira de Estudos da População*, 25/1, pp. 151-165.
- SOUSA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de (2016): *A desigualdade vista do topo. A concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. Brasília: Universidade Federal de Brasília (Tese de doutorado disponível online em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2017/Teses-Premiadas/Sociologia-Pedro-Herculano-Guimaraes-Ferreira-de-Souza.PDF>>. (20-10-2019).